

FACULDADE DE LETRAS  
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

# CONIMBRIGA

*VOLUME II-III*



UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
1960-61

Com estas palavras que, se bem não tenham sido escritas com intenções de autocrítica, explicam a atitude cega e teimosa de quem praticou a destruição, que os vindouros hão-de verberar, não podemos deixar de estar de acordo. Do que discordamos em absoluto é do recurso à violência que pieconiza e que nunca esperaríamos ver apre-goado por pessoa com tantas responsabilidades. Especialmente quando essa violência conduz ao vandalismo e ao atropelo das leis.

A FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA E A CAMPANHA PARA A SALVAGUARDA  
DOS MONUMENTOS DA NÚBIA

Dois meses depois de aberta a campanha internacional para a salvaguarda dos monumentos da Núbia, o grupo de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra entregou ao sr. Director da Faculdade, em 9 de Junho de 1960, o officio e a exposição que a seguir se transcrevem para que se conheça a reacção da Universidade ao apelo do Director-Geral da U.N.E.S.C.O.:

*Ex.<sup>mo</sup> Senhor*

*Director da Faculdade de Letras da Univer-  
sidade de Coimbra*

*Tenho a honra de entregar a V. Ex.<sup>ca</sup> a exposição em que o grupo de História da nossa Faculdade, pelos seus professores, assistentes e íntimos colaboradores, procura chamar a atenção do Governo e da Fundação Calouste Gulbenkian para a campanha internacional tendente a salvar-guardar os monumentos da Núbia, que a construção da barragem de Sadd el Aali, perto de Assuão, põe em riscos de desaparecimento e de perda total.*

*É escusado encarecer quanto prestígio moral e intelectual ganharia o nosso País em integrar-se nessa campanha, pelos meios que fossem reputados convenientes e próprios. Mas os signatários em cujo nome subscrevo este officio têm, ao menos, o objectivo imediato e primacial de assinalar que a nossa Universidade se deu conta de que desde há meses*

*se desenvolve no mundo científico e cultural um movimento que à sua inteligência e sensibilidade não é de nenhum modo indiferente. Ao contrário, empenham-se com a sua modesta intervenção, em cumprir o que lhes parece um dever intelectual intimamente ligado ao seu munus professoral, e nesta consciência pedem a V. Ex.<sup>de</sup> que a inclusa exposição seja presente ao douto Conselho da Faculdade de Letras e posteriormente dirigida ao Ministério da Educação Nacional e à Fundação Calouste Gulbenkian.*

*A Bem da Nação*

*Coimbra, 9 de Junho de 1960*

a) *Manuel Lopes de Almeida*

No passado dia 8 de Março foi solenemente aberta a campanha internacional para a salvaguarda dos monumentos da Núbia. Durante a cerimónia, realizada em Paris, o Director-Geral da U.N.E.S.C.O., sr. Vittorino Veronese, fez um impressionante apelo à solidariedade internacional, convidando os governos, instituições, fundações públicas ou privadas, e todas as pessoas de boa vontade a colaborar numa obra que, como muito bem acentuou, não tem precedente na história.

A construção, já iniciada, da grande barragem de Sadd el Aali, perto de Assuão, necessária à melhoria das difíceis condições de vida de uma grande parte da população egípcia, e ao próprio desenvolvimento agrícola e industrial do país, colocou os governos da República Árabe Unida e do Sudão perante o angustioso problema de salvar uma enorme quantidade de famosos monumentos e importantes estações arqueológicas, que se situam na vasta zona que as águas do Nilo, represadas em Sadd el Aali, vão inundar formando um lago artificial, com perto de quinhentos quilómetros (de Assuão até à terceira catarata).

O enorme lençol de água vai cobrir uma grande série de monumentos de várias épocas, entre os quais se encontram alguns de carácter verdadeiramente excepcional, como o santuário isíaco da ilha de Philae e os templos rupestres de Abu Simbel; vai inundar uma extensa zona em que se situam estações arqueológicas e monumentos só parcialmente estudados; e, mais do que isso, vai submergir muitos terrenos totalmente inexplorados, mas que, por

determinados indícios ou em resultado de simples trabalhos de prospecção, se supõem de grande interesse histórico-arqueológico.

Se bem que os governos do Sudão e do Egipto tenham dedicado particular interesse aos estudos relacionados com os monumentos da Núbia egípcia e sudanesa que vão ser sacrificados; e que o Centro de Documentação e de Estudos sobre a História da Arte e da Civilização do Antigo Egipto, e o Serviço de Antiguidades do Sudão estejam, de alguns anos para cá, a trabalhar intensamente, os governos do Cairo e de Khartum depressa verificaram que, perante o limitado tempo de que dispunham e a impossibilidade de reunir os fundos necessários à realização de tarefa de tal magnitude, era preciso apelar para um organismo internacional que os auxiliasse com técnicos e com recursos, e, mais do que isso, patrocinasse uma campanha mundial para a salvaguarda de monumentos de que, como frizou Veronese, são depositários, mas realmente pertencem ao património comum da Humanidade.

Os trabalhos previstos vão orientar-se em diferentes sentidos: prospecções; escavações; transferência total ou parcial de monumentos; execução de cópias, de levantamentos, de fotografias; construção de obras de defesa em volta de certos conjuntos que não podem trasladar-se, etc.. Todos eles exigem a concentração de recursos financeiros avultados e a colaboração de grande número de técnicos de distintos sectores e especialidades: egíptólogos, arqueólogos, epigrafistas, arquitectos, engenheiros, fotógrafos, especialistas em fotogrametria, restauradores, topógrafos, etc..

Segundo uma declaração do Ministro da Cultura e Orientação Nacional para o Egipto, feita em 1 de Outubro de 1959, a colaboração dos outros países pode orientar-se de várias formas:

- a) assumir o encargo científico, técnico e financeiro de missões encarregadas de proceder, na zona ameaçada, às escavações de jazidas ainda não exploradas, ou que o foram insuficientemente;
- b) assumir o encargo científico, técnico e financeiro da preservação *in loco*, na zona ameaçada, de monumentos que não podem ser transferidos;

- c) assumir o encargo científico, técnico e financeiro da transferência, para fora da zona ameaçada, de elementos determinados (deslocação de um templo ou de uma parte dum templo, de relevos, pinturas murais, estátuas, etc.);
- d) contribuir com ajuda científica, técnica ou financeira, para os trabalhos do Centro de Documentação e de Estudos sobre a História da Arte e da Civilização do Antigo Egipto, criado pelo Governo da República Árabe Unida com o auxílio da U.N.E.S.C.O., e encarregado de proceder aos levantamentos de estações e monumentos ameaçados, e de reunir e coordenar toda a documentação a eles relativa;
- e) contribuir financeiramente para a execução de uma ou outra das tarefas acima mencionadas, ou para o conjunto das operações de salvaguarda.

Em troca da colaboração que lhe for prestada, o governo egípcio dará as seguintes compensações:

- a) Aos grupos que tenham efectuado escavações na Núbia, na zona ameaçada, o governo cederá pelo menos a metade do produto dessas escavações, com excepção de certas peças únicas ou essenciais para completar as colecções mais representativas da civilização, da história ou da arte da Núbia;
- b) O governo concederá, além disso, autorizações para escavações fora da zona ameaçada, em jazidas do Baixo, Médio e Alto Egipto, que não constituem actualmente concessões reservadas. Entre esses locais figurará, por exemplo, a necrópole real de Sakkarah. O produto das escavações será distribuído segundo as mesmas normas da base anterior;
- c) O governo está disposto a ceder, com vista à sua transferência para o estrangeiro, certos templos da Núbia, bem como uma importante colecção de antiguidades prove-

nientes de outras regiões do Egipto, e que são propriedade do Estado;

- d) A transferência para o estrangeiro do produto das escavações, ou dos templos e outras antiguidades cedidas, deverá efectuar-se nas condições previstas no parágrafo 23 c da recomendação definindo os princípios internacionais a aplicar em matéria de escavações arqueológicas, adoptada pela conferência da U.N.E.S.C.O. em 5 de Dezembro de 1956. Esses bens deverão ser depositados, num prazo determinado, em museus ou centros científicos abertos ao público, entendendo-se que se essa condição não for, ou deixar de ser, respeitada sem o consentimento do governo da República Árabe Unida, os bens cedidos voltarão à posse daquele governo.

O Sudão, por seu lado, cederá cinquenta por cento do produto das escavações, igualmente com a reserva normal de peças únicas ou julgadas indispensáveis às colecções nacionais.

A campanha iniciada e patrocinada pela U.N.E.S.C.O. conheceu imediato êxito. Formou-se um Comité de Honra a que preside o rei Gustavo Adolfo da Suécia (consagrado arqueólogo), e do qual fazem parte, entre outros, a rainha Frederica da Grécia, a rainha Isabel da Bélgica, o príncipe herdeiro da Etiópia, o príncipe Bernardo da Holanda, o príncipe Mikasa do Japão, o duque de Devonshire, a senhora Roosevelt, o senador Einaudi, o dr. Theodor Heuss, o cardeal Eugène Tisserand (doutor honoris causa pela Universidade de Coimbra), André Malraux, D. Ramón Menendez Pidal, o secretário-geral das Nações Unidas, o prof. Huxley, etc..

Constituiu-se, também, um Comité Internacional de Acção com personalidades de vários países, nomeadamente o embaixador do Brasil em Londres, Assis Chateaubriand; o embaixador do Paquistão em Lisboa; Alberto Martin Artajo, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Secretário-geral do Conselho de Estado da Espanha; Sir Mortimer Wheeler, professor de Arqueologia na Universidade de Londres, e outros.

Por outro lado e de acordo com um pedido do Director-Geral

da U.N.E.S.C.O., vários países criaram já, ou vão criar, comités nacionais de acção; o governo belga inscreveu no orçamento para 1960 a quantia de um milhão de francos belgas como contribuição para a campanha; a Índia vai enviar uma missão para a Núbia, numerosas ofertas de prestação de serviços estão afluindo à U.N.E.S.C.O., embora a campanha se possa considerar apenas como iniciada.

Não temos, porém, qualquer notícia da adesão de entidades oficiais ou particulares do nosso País, a este movimento sem precedentes em que estão empenhadas tantas Nações e tantas individualidades.

Não sabemos sequer se o apelo de Vittorino Veronese, na solene cerimónia de 8 de Março a que estiveram presentes os chefes das missões diplomáticas acreditadas em Paris, chegou ao conhecimento do Governo Português.

Julgamos, no entanto, que Portugal não deveria estar ausente de um movimento internacional por uma causa única e justa, não só por uma questão de prestígio, mas também porque ela diz respeito a países com os quais mantemos boas relações. E, se isso fosse pouco, haveria que acrescentar a possibilidade única de ver enriquecidas as nossas colecções públicas de arte e de arqueologia; de poder dar a estudiosos e estudantes portugueses uma oportunidade de participarem em trabalhos que, certamente, vão ser feitos segundo as mais modernas técnicas de prospecção, de escavação e de restauro.

No ano em que se comemora em Portugal o centenário do Infante D. Henrique, homem de larga visão nacional e universal, parece que não deveria escassear a contribuição portuguesa, oficial e particular, tendente a assegurar a conservação de uma opulenta parcela do património moral que pertence a todas as nações civilizadas.

Por isto mesmo, a secção de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pelos seus professores, assistentes e íntimos colaboradores, entende ser seu dever chamar a atenção do Governo, da Fundação Calouste Gulbenkian (única entidade a que supomos poder interessar esta iniciativa), e de todo o País, para a campanha internacional patrocinada pela U.N.E.S.C.O., pedindo que, se alguma decisão for tomada no sentido de se aderir

a essa campanha, a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra seja chamada a colaborar dentro das suas possibilidades de acção.

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 9 de Junho de 1960.

aa) MANUEL LOPES DE ALMEIDA

MÁRIO MENDES DOS REMÉDIOS DE SOUSA BRANDÃO

TORQUATO DE SOUSA SOARES

LUÍS FERRAND DE ALMEIDA

SALVADOR DIAS ARNAUT

J. M. BARRÃO OLEIRO

\*

O assunto foi pelo então Ministro da Educação Nacional, Prof. Leite Pinto, considerado do maior interesse. Remetido ao Instituto de Alta Cultura mereceu também, por parte da sua direcção, pareceres favoráveis. No entanto, ao que sabemos, nenhuma iniciativa concreta foi tomada.

## ACHADOS ARQUEOLÓGICOS NO PORTO DO SABUGUEIRO

(MUGE, RIBATEJO)

Em Março de 1960, num local designado por Porto do Sabugueiro, na margem esquerda do Tejo e a poucos metros do rio, quando se procedia à abertura de covas para plantação de uma vinha, foram acidentalmente descobertos vários materiais romanos, entre eles parte de um pavimento de mosaico.

A pedido da proprietária do terreno, a Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Marquesa de Cadaval, visitámos o local em 28 de Março de 1960.

Em diversas ocasiões se haviam recolhido materiais romanos no Porto do Sabugueiro, materiais esses que podem admirar-se em vitrinas no palácio Cadaval, em Muge: fragmentos de ânforas, *pondera* de barro,